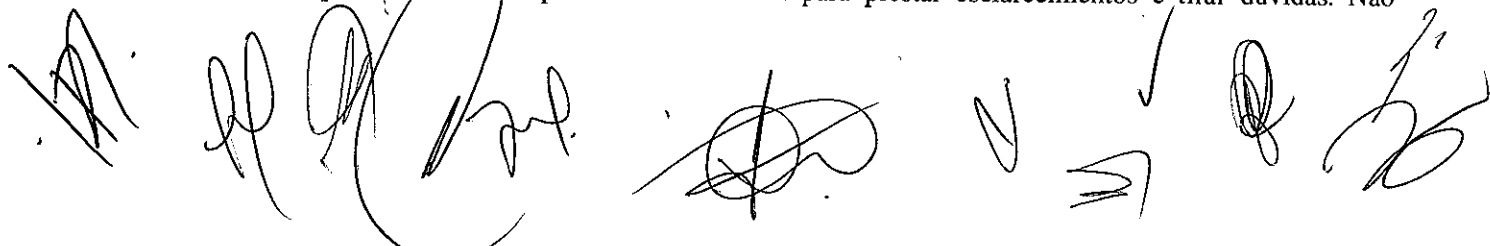


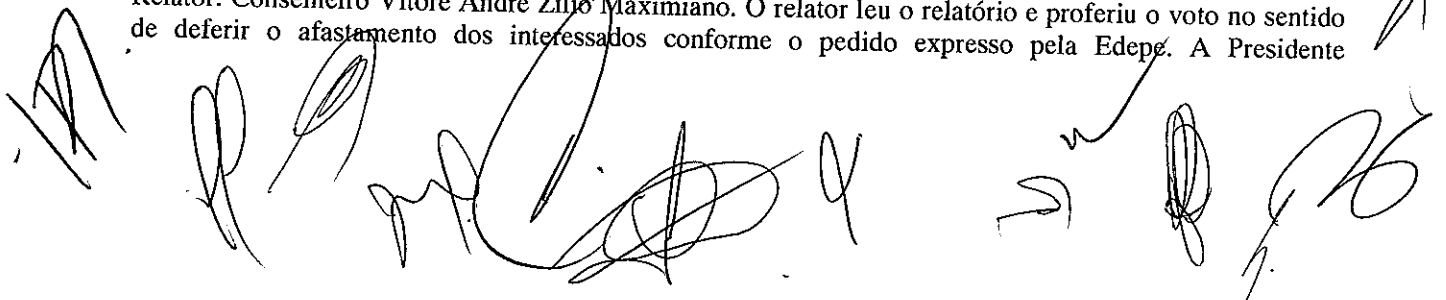
ATA DA 286ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2012/2014

Aos quinze dias do mês de junho do ano dois mil e doze, na sala de reuniões do Edifício Sede, situado na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as): Luciano Alencar Negrão Caserta, Fabiana Botelho Zapata, Marcia Regina Garutti, Franciane de Fátima Marques, Luis Gustavo Alves Fontanetti Alves da Silva, Rafael Bessa Yamamura, Rafael Valle Vernaschi, Vitore André Zilio Maximiano, Juliana Saad, José Moacyr Doretto Nascimento, Bruno Ricardo Miragaia, Luciana Zaffalon Leme Cardoso e, representando a Apadep, Fabricio Bueno Viana. A Presidente iniciou a sessão com as comunicações da semana. Narrou à semana vitoriosa, principalmente na última terça-feira, que culminou no encaminhamento, pelo Governador do Estado à Assembléia Legislativa, de dois projetos de lei que tratam, respectivamente, da criação de 400 cargos de Defensor Público e reforma da Lei Orgânica da Defensoria estadual (LCE nº 988/06), e classificou como uma conquista histórica a ampliação do quadro de Defensores, ressaltando que a partir de agora, irá trabalhar junto aos Deputados Estaduais para que ambos os projetos sejam aprovados. Relatou o histórico sobre as negociações dos projetos, e ressaltou os fatores determinantes para o projeto de lei que amplia o quadro de Defensores, sendo eles o equilíbrio orçamentário obtido nas contas da instituição e o julgamento da ADI nº 4.163 pelo STF. Informou que assumiu um compromisso perante o Governador que inicialmente os cargos providos deverão ser voltados ao atendimento da área prisional e infância e juventude infracional, mas esclareceu que o próximo passo irá reforçar as atuais unidades, bem como a ampliação da instituição para novas cidades. Pactuou junto ao Governo que a expansão da Defensoria Pública será realizada com uma correspondente ampliação do quadro de apoio, e informou que encaminhará ao Executivo uma minuta de projeto pleiteando a criação de cerca de 460 cargos de servidores, entre agentes e oficiais, número que considerou suficiente para contemplar a instalação de CAMs em todas as unidades de atendimento. Todos os Conselheiros parabenizaram à Defensora Pública Geral pela articulação junto ao executivo, e, sobretudo, sobre o expressivo aumento do número de cargos de Defensores Públicos. O Conselheiro Luciano Alencar considerou importante a iniciativa da administração superior em pleitear junto ao Governo cargos de Agentes Psicossociais para implementar o CAM em todas as unidades de atendimento. O Conselheiro Luis Gustavo entendeu necessário promover um crescimento planejado para outras cidades do interior do Estado. O Conselheiro Bruno Miragaia considerou que a instituição poderá avançar na descentralização do atendimento inicial, na Capital, com o provimento de novos cargos. O Representante da Apadep, Fabricio Bueno mostrou a necessidade de planejamento de estrutura para que os afastamentos perenes sejam substituídos por Defensores itinerantes. O Conselheiro Vitore Maximiano lembrou a posse da primeira gestão da Defensoria Pública, ocorrida na unidade de Santo Amaro, para ilustrar o crescimento e fortalecimento da instituição. Mencionou que a solenidade de posse da Defensoria Pública Geral e de Conselheiros eleitos na gestão presente contou com a presença de Chefes das maiores instituições, e ressaltou que compareceu além do Governador do Estado, o Presidente do TJ/SP, o Procurador Geral de Justiça, os Secretários de Estado da Casa Civil e de Administração Penitenciária, Deputados Estaduais, Vereadores, entre outras autoridades e representantes da sociedade civil. A Conselheira Franciane Marques enalteceu a solenidade de posse, e elogiou o esforço de todos na organização da solenidade. A Presidente franqueou a palavra ao Conselheiro Vitore Maximiano para prestar esclarecimentos ao tema previdenciário. O Conselheiro Vitore Maximiano informou a reunião realizada na última quinta-feira, em companhia da comissão de previdência, na sede do Ministério Público para formalizar o ingresso da Defensoria Pública no grupo de previdência complementar, e explicou que a Defensoria Pública deve manifestar o interesse em permanecer no grupo até dia 23 de junho, mas caso não haja mais interesse poderá renunciar sua participação posteriormente e fixar-se a um fundo próprio. Informou que o grupo é composto atualmente pelo MP/SP, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Justiça Militar, mas ressaltou que há uma possibilidade de futura inserção da Assembléia Legislativa. Apontou que o superintendente da Sprev-Com se disponibilizou a comparecer à Defensoria para prestar esclarecimentos e tirar dúvidas. Não

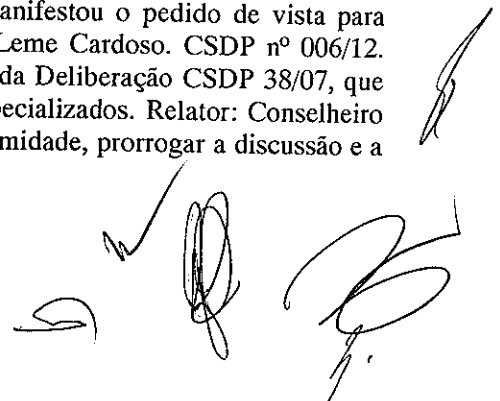
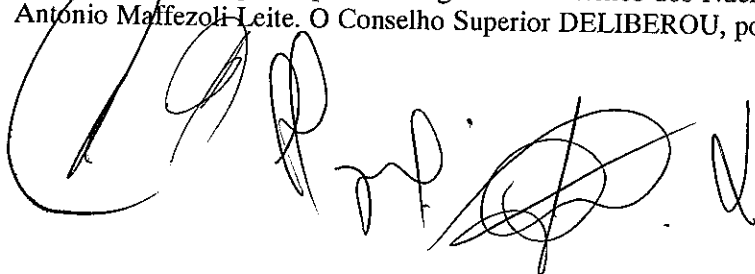


havendo mais comunicações da Presidência, passou-se as comunicações da Secretaria. Comunicou o envio de ofícios aos Coordenadores dos Núcleos Especializados para regularização dos relatórios semestrais de atividades pendentes, conforme deliberado pelo Colegiado na última sessão. Não havendo mais comunicações da secretaria, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Rafael Vernaschi indagou à Presidência se partiu do Executivo a iniciativa de inserir no texto de reforma da Lei 988 um dispositivo que confere ao Defensor Geral a exclusividade de iniciativa de propostas que impliquem aumento de despesas ou gastos, mencionados no parágrafo 2º do artigo 31, e mencionou que tal dispositivo retira as atribuições do Conselho Superior que foi pego de surpresa. A Presidente esclareceu que a iniciativa foi exclusiva do Governador, que condicionou o aumento de Defensores à inserção do dispositivo, justificando que o executivo se preocupa com o uso sustentável dos recursos do FAJ, diante da ampliação do quadro de Defensores Públicos. Informou no seu ponto de vista que não houve limitação de atribuições do Conselho Superior, e considerou que a norma não impede que o aumento ou a criação de despesas sejam submetidos ao Colegiado. Informou que tentou negociar pontos do projeto até o último momento do anúncio, e mencionou o caso do dispositivo da retroatividade da licença prêmio, mas o governo não acatou para não abrir precedentes em outras carreiras. O Conselheiro José Moacyr lamentou a inserção do dispositivo no projeto de lei, e externou descontentamento pelo fato do Conselho Superior não ser convidado para debatê-lo, considerando que havia tempo hábil para discussão sobre os efeitos do dispositivo, por fim não acreditou que o Executivo imaginasse que o Conselho Superior tomasse medidas inconseqüentes, aprovando-se despesas sem as receitas correspondentes, e considerou que todos os gastos aprovados pelo Colegiado foram embasados em estudos de impactos financeiros e com participação ativa da administração superior, além disso, desabafou que o Conselho não pode ser privado de debates importantes por ser parte integrante da administração superior, e considerou um desprestígio ao Conselho ser considerado um órgão menor. O Conselheiro Vitore Maximiano endossou a fala da presidência e reafirmou que o dispositivo foi fruto de negociações com o Governo do Estado, e apontou que esse dispositivo foi estratégia de amadurecimento institucional e que muito pouco será desfrutado pela atual gestão. Entendeu que o dispositivo, motivo de discórdia, não apequena o órgão, e mencionou que a regra é simétrica ao próprio Legislativo Nacional, que pode aprovar projetos de lei que envolve despesas apenas quando propostos pelo Executivo, e considerou que esse quadro decorre dos atuais requisitos legais para projetos que gerem despesas de recursos públicos, inclusive aqueles previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, por fim lembrou que a Defensoria já havia sido advertida pelo Tribunal de Contas do Estado, quando, por decisão do Colegiado, adotou o vale-refeição para os servidores, considerando então, que o Conselho Superior não é desprestigiado pela Defensoria Geral, pois nenhuma outra Defensoria reúne semanalmente o seu Colegiado. Apontou a dificuldade de intervenção na proposta no que tange a OAB por conta de notícias estampadas nos jornais, ao contrário acreditou que talvez houvesse negociação. O Conselheiro Luciano Alencar compartilhou o seu entendimento a fala do Conselheiro Rafael Vernaschi em que o Conselho perderá funções importantes dentro da instituição, e apontou o precedente de fracionamento da licença prêmio pela PGE. O Conselheiro Luis Gustavo acompanhou o entendimento do Conselheiro Rafael Vernaschi, e considerou que os Conselheiros poderiam ser responsabilizados, caso não observassem a Lei de Responsabilidade Fiscal. O Representante da Apadep, Fabricio Bueno entendeu que o dispositivo é um retrocesso no processo democrático da instituição e indagou como se dará a participação dos Defensores com relação ao aumento ou criação de despesas da instituição, e ponderou, ainda, ser necessário interpretar a nova regra, para definir seu âmbito de aplicação. O Conselheiro Rafael Bessa teceu considerações semelhantes sobre o dispositivo, e considerou que futuramente a nova regra poderá ser utilizada de maneira equivocada pelos próximos Defensores Gerais. A Conselheira Fabiana Zapata entendeu que o dispositivo alija o Conselho de qualquer atuação na ordenação de despesas e confere ao Defensor Geral um excesso de poder. A Conselheira Franciane Marques concordou com as manifestações de todos e manifestou desagrado na modificação da proposta enviada pelo Governador. A Presidente pontuou que houve ampla negociação junto ao Governo do Estado, e sugeriu que a discussão seguisse de forma apartada à sessão do Conselho Superior, colocando-se a disposição para esclarecimentos dos bastidores. A Conselheira Juliana Saad considerou não ter experiência política, mas entendeu que não houve intenção, por parte da Defensoria

Geral, de apegar o Conselho. O Conselheiro Vitore Maximiano enalteceu que a Defensoria Pública de São Paulo será a maior instituição do País, e afastou o sentimento de pessimismo e ressaltou o momento de euforia vivenciado pela Defensoria. O Conselheiro Luciano Caserta solicitou à Presidência, em cumprimento ao regimento interno, a apresentação de um cronograma de sessões a serem realizadas no Interior e Região Metropolitana. Pleiteou a ampliação da capacidade maior que a atual de memória da caixa postal, facilitando o trabalho do Colegiado. A Presidente informou que irá verificar junto ao Coordenador da CTI a possibilidade de ampliação da capacidade da caixa de e-mails de todos os Defensores Públicos. O Conselheiro Luciano Alencar sugeriu que o Colegiado visitasse o espaço da Rua Boa Vista, nº 150, que abrigará o atendimento inicial da triagem na Capital, e ressaltou a importância da CGA e a Assessoria da Qualidade, apresentar o projeto de ocupação do prédio. Solicitou o afastamento, por uma semana, da Conselheira Fabiana Zapata, relatora do processo que fixa as atribuições dos Defensores Públicos, apontando que o processo está em trâmite há mais de dois anos no Colegiado, e que o afastamento viabilizaria o avanço de seu voto. Endossou o pedido o Conselheiro Rafael Yamamura justificando a extrema complexidade. A Conselheira Juliana Saad sugeriu que o cronograma das visitas do Conselho, no interior, seja objeto de discussão em reunião apartada. Informou que a administração superior está atenta à alteração no quadro de estagiários que ocorrerá no final do mês de junho, e informou que o departamento de recursos humanos busca estagiários voluntários para tranquilizar a transição dos cargos que ficarão vagos. O Conselheiro Vitore Maximiano ressaltou que, em breve, a CGA encaminhará ao Conselho Superior nova proposta de abertura de concurso de estagiários para contemplar algumas regionais que não foram beneficiadas no último certame. O Conselheiro Luciano Alencar sugeriu a divulgação do edital de abertura das inscrições por intermédio dos Coordenadores das regionais, a fim de envolver as unidades e aumentar o número de aprovados no certame. O Representante da Apadep, Fabricio Bueno comunicou que, em razão do processo eleitoral, irá assumir interinamente a presidência da Apadep. A Conselheira Franciane Marques informou que a Assessoria da Qualidade e a Assessoria Criminal realizaram essa semana, uma visita a Unidade VEC da Capital, no intuito de iniciar as conversas acerca da implementação de um espaço para realizar o atendimento dos assistidos, e pediu apoio da administração para implementação urgente. A Presidente apontou que há muito tempo a administração gostaria de ter implementado esse espaço, mas que isso só foi possível com o início da atual gestão do TJ/SP. A Conselheira Franciane Marques informou que em conversa com alguns Juízes soube que a política do Executivo em relação ao sistema prisional estaria calcada na realização de mutirões carcerários, e considerou pela sua experiência que essa não é uma política correta e não soluciona o problema, posto ser emergencial e pontual, e acrescentou ser necessário transmitir ao Governador que a Defensoria não pactua dessa medida, além da interlocução junto ao judiciário. A Presidente informou que discorda frontalmente da política de mutirões carcerários, e externou essa opinião ao Governador. Apontou que de maneira nenhuma a atuação da Defensoria sofrerá interferências de um membro do Governo e mencionou que um atendimento amplo na área de execução penal foi exatamente um dos argumentos utilizados para sensibilizar o Executivo com relação à necessidade de ampliação do quadro de Defensores. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon reforçou o convite a todos os Conselheiros para participarem do evento "Indicadores de Vulnerabilidade Municipal", a ser realizado no próximo dia 18 de junho. A Presidente informou a necessidade de excetuar a pauta para julgamento de processos urgentes. Aprovado por unanimidade. Iniciou a ordem do dia chamando o processo CSDP nº 122/12 (Excetuado a pauta). Interessada: Primeira Subdefensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura do VII Concurso Público de Provas e Títulos para a Seleção de Estagiários de Direito da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O relator leu o relatório e proferiu o voto pela homologação da lista retificada. A Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar a retificação da lista final de aprovados no certame, a seguir publicada. CSDP nº 250/12 (Excetuado a pauta). Interessada: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no "Seminário e Debate sobre o Anteprojeto de Lei - Controle Jurisdicional de Políticas Públicas", no dia 19 de junho de 2012. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento dos interessados conforme o pedido expresso pela Edepe. A Presidente

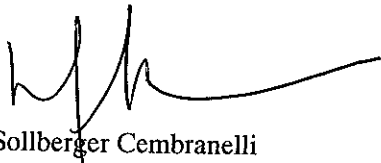
The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a large, stylized signature, followed by several smaller, more legible signatures, and finally a large, bold signature on the far right. The signatures are written over the bottom edge of the typed text.

encaminhou para votação e aprovou-se nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos Defensores Públicos: André Vicentini Gazal, Jairo Salvador de Souza, Julio Grostein, Lucas Pampana Basoli, Rafael Bessa Yamamura. Impedido o Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. CSDP nº 247/12. Interessada: Fabiana Botelho Zapata. Assunto: Pedido de afastamento para participação na III Oficina da Rede Nacional de Defesa de Adolescente em Conflito com a Lei - RENADE, nos dias 20 e 21 de junho de 2012. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento da interessada. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento da interessada. Impedida a Conselheira Fabiana Botelho Zapata. CSDP nº 249/12. Interessada: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação na apresentação dos "Indicadores de Vulnerabilidade Municipal, desenvolvidos pelo projeto: Mais e Melhor Justiça para Todos", no dia 18 de junho de 2012. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de não conhecer o pedido dos Defensores Públicos Renato Campos Pinto e Luciano Alencar Negrão, além de indeferir o afastamento integral das Defensoras Públicas Carolina Rangel e Marina Costa Craveiro, tendo em vista que ambas atuam na Capital e em Guarulhos respectivamente, tendo condições de comparecer as suas unidades após o curso, ademais votou pelo deferimento do afastamento dos demais defensores inscritos. A Presidente apontou que na composição anterior do Colegiado, observava-se o horário de início e término dos cursos para não conceder afastamentos em período superior ao necessário. O Conselheiro Luciano Alencar discordou do voto da relatora, e entendeu que o afastamento deveria ser integral, caso contrário as atividades seriam acumuladas e teriam de ser compensadas fora do horário de trabalho. Informou que a Defensora Marina Costa não tinha compromissos de atendimento no período da manhã e votou pelo deferimento da interessada. A Presidente encaminhou para votação o caso da Defensora Mariana Costa. Por maioria de votos, a Presidente desempatou pelo indeferimento do afastamento da Defensora Pública Marina Costa. Vencidos os Conselheiros José Moacyr, Franciane Marques, Rafael Vernaschi, Bruno Ricardo, Luciano Alencar e Fabiana Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, deferir o afastamento dos Defensores Públicos: Fernando Catache Borian, Lucas Pampana Basoli, Mailane Ramos dos Santos Rodrigues de Oliveira, Mateus Oliveira Moro, Menésio Pinto Cunha Junior e Rafael Bessa Yamamura, e indeferir o afastamento de Carolina Rangel Nogueira. Impedido o Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. Deliberou ainda, por maioria de votos, indeferir o afastamento da Defensora Pública Marina Costa Craveiro Silva. Vencidos os Conselheiros José Moacyr Doretto Nascimento, Franciane de Fátima Marques, Rafael Valle Vernaschi, Bruno Ricardo Miragaia, Luciano Alencar Negrão Caserta e Fabiana Botelho Zapata que deferiam o afastamento da interessada. CSDP nº 204/11. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de abertura do V Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado. Relatora: Conselheira Juliana Saad. A relatora proferiu o seu voto no sentido de homologar a lista final, nos termos do documento enviado pelo Presidente da Banca Examinadora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, homologar o edital do resultado final da primeira prova escrita, após o julgamento dos recursos, a seguir publicado. O Conselheiro José Moacyr manifestou a necessidade de julgamento do processo CSDP 009/12, tendo em vista o breve encerramento do mandato da Diretora da Escola da Defensoria Pública. A Secretaria do Conselho Superior informou que de acordo com o ato da Defensora Pública Geral, publicado no Diário Oficial de 20 de julho de 2012, o mandato será encerrado em 19 de julho de 2012. Não havendo manifestações contrárias a exceção a pauta, a Presidente passou ao processo CSDP nº 009/12 (Excetuoado a pauta). Interessado: José Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentar a indicação da Diretoria da Escola da Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O relator endossou o voto do Conselheiro Bruno Diaz Napolitano, proferindo a leitura do voto. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon, manifestou o pedido de vista para análise da proposta. Vista concedida a Conselheira Luciana Zaffalon Leme Cardoso. CSDP nº 006/12. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 38/07, que estabelece normas gerais para os Regimentos Internos dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Antonio Maffezoli Leite. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a



votação para a próxima sessão. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 350/11. Interessada: Coordenadora Auxiliar do Núcleo de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (maio de 2011 a novembro de 2011). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 007/12. Interessados: Ouvidoria-Geral e Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 89/08 (que versa sobre os critérios de atendimento em vigor da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 357/11. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 198/10 (Disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 003/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (primeiro e segundo semestre de 2011). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 110/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (março a agosto de 2011). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 138/12. Interessado: Welton Carlos de Cristo Alves. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de Bacharelado em Direito na Universidade de São Paulo, no período de 24 de fevereiro a 04 de julho de 2012. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 141/12. Interessado: Daniel Guimarães Zveibil. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 91/08, que cria a Comissão de Prerrogativas da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e regulamenta sua atividade. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 146/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (setembro de 2011 a fevereiro de 2012). Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 151/12. Interessada: Segunda Subdefensora Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 152/10, que regulamenta a atuação dos Defensores Públicos em plantões judiciais. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 152/12. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (outubro de 2011 a março de 2012). Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 244/12. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 38/07 (que estabelece normas gerais para os regimentos internos dos Núcleos Especializados e dá outras providências). Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 179/12. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (Institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 182/12. Interessada: Segunda Subdefensora Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima

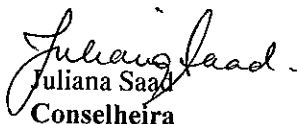
sessão. CGDP CAEP nº 064/11. Interessada: Nelise Christino de Castro Santos. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 030/11. Interessado: Douglas Ribeiro Basilio. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 033/11. Interessado: Erik Saddi Arnesen. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 019/11. Interessada: Cecilia Cardoso Soares. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 010/11. Interessada: Aurea Maria de Oliveira Manoel. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 073/11. Interessado: Sergio Andre Weise Chinez. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fatima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 020/11. Interessada: Cecilia Fonseca Bandeira de Melo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos quinze dias do mês de junho do ano de 2012.



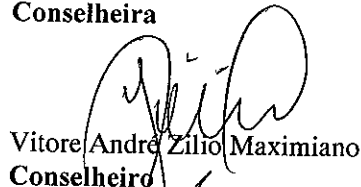
Daniela Sollberger Cembranelli  
Presidente



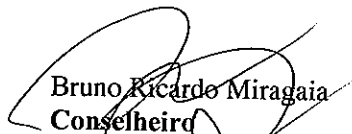
Marcia Regina Garutti  
Conselheira



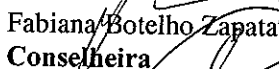
Juliana Saad  
Conselheira



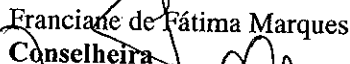
Vitore André Zilio Maximiano  
Conselheiro



Bruno Ricardo Miragaia  
Conselheiro



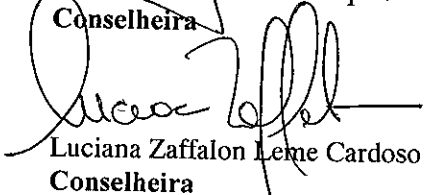
Fabiana Botelho Zapata  
Conselheira



Franciane de Fátima Marques  
Conselheira



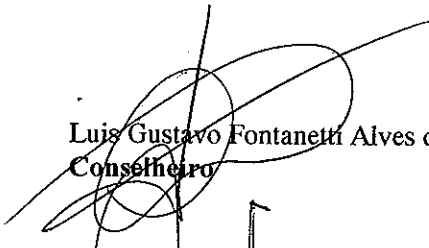
José Moacyr Doretto Nascimento  
Conselheiro



Luciana Zaffalon Leme Cardoso  
Conselheira



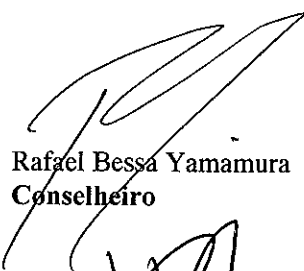
Luciano Alencar Negrão Caserta  
Conselheiro



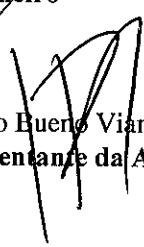
Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva  
**Conselheiro**



Rafael Valle Vernaschi  
**Conselheiro**



Rafael Bessa Yamamura  
**Conselheiro**



Fabricio Bueno Viana  
**Representante da Apadep**